

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO DE DIREITO
ESCOLA DE DIREITO

EDITAL Nº 001/2026.2 – UEA/ED

Fixa as normas do Processo de Seleção Classificatória 2026/2 aos alunos da Escola de Direito para preenchimento das vagas em caráter remunerada ou não remunerada do Programa de Monitoria da Escola de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, conforme disposto na Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV.

A Coordenação do Programa de Monitoria da Escola de Direito, de acordo com a Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV torna público, para conhecimento dos interessados o que se segue:

APRESENTAÇÃO

O Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por finalidade proporcionar experiência aos discentes do curso de graduação nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior. Neste sentido, a monitoria é uma proposta de ações experimentais que irá contribuir de forma relevante para a melhoria da formação dos discentes em trajetória acadêmica.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN – nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, preconiza, em seu artigo 84, que: ***“os discentes da educação superior poderão ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos”***. Visando a melhoria na qualidade do aprendizado dos discentes, o Programa de Monitoria da Universidade do Estado do Amazonas tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos dos cursos de



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



graduação, oportunidades de desenvolverem experiências nas diversas atividades de auxílio à docência de nível superior.

1. DA IDENTIFICAÇÃO

Quanto aos tipos de monitoria, destacam-se duas modalidades:

1.1 MONITORIA VOLUNTÁRIA

É a monitoria em que o aluno-monitor realiza voluntariamente, com carga horária a ser cumprida no período de 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto com o professor-orientador. Não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA, bem como nenhum recebimento de bolsa remunerada (conforme a Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV/UEA).

1.2 MONITORIA REMUNERADA

Com carga horária a ser cumprida no período de até 12 (doze) horas semanais, seguindo o cronograma de atividades a serem desenvolvidas junto com o professor-orientador. Tendo em vista os limites e a capacidade financeira da UEA no planejamento orçamentário de 2026/2, os monitores receberão bolsa de R\$ 600,00 (seiscentos reais) na ocasião deste edital, serão 30 (trinta) bolsas, mediante ao tempo desta monitoria, desde que a porcentagem de sua frequência tenha sido lançada no SISPROJ NOVO, bem como sua comprovação de frequência (formulário de frequência manual) tenha sido anexado entre o dia 30 e 05 do mês subsequente. A monitoria remunerada também não gera nenhum tipo de vínculo trabalhista com a UEA.

1.3 DISCIPLINAS VINCULADAS AO PROGRAMA DE MONITORIA:

- **GRADE 2023**

Ética Profissional, Introdução ao Estudo do Direito II, Direito Constitucional, Direito Civil I, Direito Internacional Público, Psicologia Geral e Jurídica, Direito Administrativo I, Direito Constitucional III, Direito Civil III, Direito Digital, Direito Penal II, Direito Processual Civil I, Direito Civil V, Prática Jurídica Simulada, Direito Administrativo III, Direito do Trabalho I, Direito Processual Civil III, Direito Processual Penal II, Direito Penal IV, Direito Civil VII, Direito Agrário, Direito do Consumidor, Direito Empresarial II, Direito Eleitoral, Direito Processual do Trabalho e Direito Tributário II.

- **GRADE 2015**

Direito da Criança e do Adolescente, Direito Processual Constitucional e Direito Ambiental II.

2. DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades exercidas, tanto pelo Aluno-Monitor quanto o Professor-Orientador deverão desenvolver atividades conforme a Resolução Nº 050/2025 – CONSUNIV/UEA.

2.1 SÃO ATIVIDADES DO ALUNO-MONITOR

- I. Auxiliar o professor na realização de trabalhos práticos e experimentais, na preparação de material didático, em exercícios de classe e no laboratório;
- II. Auxiliar o professor na orientação de alunos, esclarecendo e tirando dúvidas em relação ao conteúdo do componente curricular e à prática de laboratório;
- III. Fazer revisão de texto, elaborar resenhas bibliográficas e realizar outras tarefas que propiciem o seu aprofundamento no componente curricular;
- IV. Assistir aulas teóricas e práticas do componente curricular, de acordo com o Plano de Orientação do Aluno.
- V. Registrar mensalmente as atividades desenvolvidas, fichamento ou formulário manual de frequência (disponível no site da UEA), para ser entregue ao Professor-Orientador para ser anexado no SISPROJ novo;
- VI. Ao término do período letivo, fazer e entregar o Relatório de Atividades do Aluno-Monitor (disponível no site da UEA), ao professor-orientador para ser anexado no SISPROJ novo juntamente com a Avaliação Semestral pelo professor-orientador.
- VII. Participar da Mostra de Monitoria da edição vigente
- VIII. Será obrigatória a participação dos alunos (bolsistas e voluntários) em exercício da monitoria a participarem de todas as convocações realizadas pela Coordenação Local ou Geral para reuniões e eventos da UEA.

Parágrafo primeiro: O exercício da monitoria **NÃO** poderá realizar-se em disciplina em que o aluno estiver **matriculado** ou que ainda **não tenha cursado com aprovação.**



Parágrafo segundo: Fica vedado ao Aluno-Monitor o exercício da docência e de qualquer atividade administrativa, sob pena da perda da bolsa. O aluno deverá, obrigatoriamente, dispor de tempo fora do seu horário de aula ou atividades de estágio para exercer a monitoria. O horário do aluno disponível para a monitoria deve contemplar o horário da disciplina pleiteada, caso contrário o mesmo pode ser dispensado pelo professor-orientador mesmo que este tenha sido aprovado na seleção. Adicionalmente também será excluído do programa o aluno que, estiver fazendo monitoria no mesmo horário que deveria estar em sala de aula.

2.2 SÃO ATIVIDADES DO PROFESSOR-ORIENTADOR

- I. Orientar até 03 (três) Alunos-Monitores, em suas atividades, independentemente do número de componente curricular;
- II. O professor-orientador vinculado em unidades acadêmicas distintas poderá somar até 3 (três) alunos em cada unidade acadêmica, independentemente de ele estar vinculado a mais de um componente curricular;
- III. Fazer o cadastro da disciplina e dos monitores no SISPROJ NOVO;
- IV. Avaliar seu desempenho;
- V. Elaborar o Plano de Orientação;
- VI. Lançar a frequência mensal on-line do Aluno-Monitor e anexar formulário de frequência manual do Aluno-Monitor, tal lançamento ocorrerá todo dia 30 e poderá ocorrer até o dia 05 do mês subsequente, não sendo permitida a inserção de meses adiantados;
- VII. Anexar em PDF, ao final da monitoria, o Relatório Semestral do Aluno-Monitor e Avaliação Semestral do Aluno-Monitor pelo Professor-Orientador no SISPROJ novo;
- VIII. Participar dos eventos e ações realizadas pela Coordenação de Monitoria Local e Geral.

Parágrafo único: É obrigatório o lançamento do Relatório Semestral, a Avaliação Semestral e a frequência mensal do aluno-monitor no SISPROJ (Sistema de Projetos da UEA), impreterivelmente, no término da monitoria, pelo professor orientador, com assinatura do Coordenador de Monitoria Local;

3. DAS VAGAS

Cada aluno poderá concorrer a apenas uma disciplina, irrevogável quando deferida lista de inscritos, e conseqüentemente a apenas uma vaga de monitor, cuja

vigência será de 1 (um) semestre letivo. Não será permitido remanejo de aluno aprovado, porém não classificado, para disciplina diferente da qual efetuou inscrição.

Conforme total de bolsas disponíveis para a unidade acadêmica, **30 (trinta) bolsas**; esta será contemplada pelo candidato que obtiver a primeira colocação no processo seletivo da respectiva disciplina, porém podendo **NÃO** se efetivar conforme Parágrafo Único do Item 2 Subitem 2.1. As demais vagas são para monitoria voluntária e não remunerada, e estão descritas no ANEXO II.

Parágrafo Único: A responsabilidade de cadastrar o aluno-monitor no SISPROJ Novo será dos professores que integram a referida disciplina para a qual o aluno tenha se candidatado e recebido a classificação.

4. REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

Só poderá candidatar-se à monitoria aluno que:

- I. Tenha cursado, **COM APROVAÇÃO**, no mínimo 1 (um) período letivo;
- II. Tenha sido aprovado no componente curricular, objeto da monitoria, ou em componente curricular ou conjunto de componentes curriculares considerados pela Coordenação do Curso como correlatos, em que tenha obtido, em qualquer uma das hipóteses, média igual ou superior a 7,0 (sete);
- III. Comprovar disponibilidade de tempo para exercer a monitoria, apresentando a devida declaração;
- IV. Se inscrever em apenas 1 (uma) disciplina no processo de seleção regular e havendo um processo remanescente regular, o mesmo não poderá efetuar uma nova inscrição;
- V. É vedada a participação de alunos desistentes de edições anteriores do Programa de Monitoria;
- VI. Fica vedada no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria **matriculado no primeiro e no último período letivo de curso**, considerando as especificidades;
- VII. **Exercício da monitoria não poderá realizar-se em componente curricular em que o aluno estiver matriculado ou que ainda não tenha cursado com aprovação.**



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Só será aceito a inscrição do aluno que consta APROVADO na disciplina que concorre, ou seja, no ato da inscrição para a monitoria 2026/2, o aluno já deverá constar como aprovado na disciplina que deseja concorrer, não se admitindo a aprovação durante a vigência do Edital 001-2026/2.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se for observado que o aluno não estava aprovado na disciplina, no ato da inscrição, tentando burlar as regras, será automaticamente desclassificado.

4.1 As inscrições deverão ser realizadas no período de **18 de maio de 2026 a 24 de maio de 2026**, mediante o cumprimento da seguinte etapa:

- I. Preenchimento e envio ao e-mail da monitoria o formulário específico disponível <https://forms.gle/9Nb4Lgr9KbLXJseNA> para acessar o referido formulário, **o aluno deverá fazer login no Gmail com o seu e-mail institucional**, a saber: iniciais.curso@uea.edu.br. O formulário estará disponível até às 23h59 do dia 24 de maio de 2026.
- II. Anexar os documentos comprobatórios solicitados no Formulário de Inscrição: documento de identificação (RG ou CNH); histórico acadêmico legível e atualizado, constando a data de emissão;
- III. Enviar uma cópia das respostas para o e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br

PARÁGRAFO ÚNICO: O candidato que não souber seu e-mail institucional e senha deverá procurar o **CTIC** da unidade para saber como acessá-lo. O não cumprimento de um destes itens indeferirá a inscrição do candidato e em casos de documentação como declarações e afins o candidato deverá procurar a Secretaria Acadêmica da Unidade.

4.2 Fica **VEDADA** a acumulação de bolsas disponibilizadas pela Universidade do Estado do Amazonas

Exemplo: aluno que recebe Bolsa Tutoria **NÃO** poderá receber Bolsa Monitoria e vice-versa.

4.3 É OBRIGATÓRIO que o Aluno-Monitor exerça suas atividades de monitor no contraturno à sua matrícula institucional, ou seja, se o aluno está

matriculado no turno vespertino, a monitoria deve ser desempenhada turno noturno, para evitar o conflito de horários e atribuições.

4.4 Fica **VEDADA** no ato de inscrição a participação de estudante no programa de monitoria matriculado no primeiro e no último período letivo de curso (no caso de FINALISTAS), considerando as especificidades.

5. DO RESULTADO PARCIAL AS INSCRIÇÕES

O resultado parcial das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado no site da UEA, mural da Secretaria Acadêmica e Coordenação do Curso na data que consta no Anexo I – Cronograma.

6. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA INSCRIÇÃO

O recurso após resultado parcial das inscrições deferida e indeferidas deverá ser enviado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br por escrito, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido de recurso na data que consta no Anexo I - Cronograma.

7. DO RESULTADO FINAL DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

O resultado das inscrições do Programa de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: site da UEA, Coordenação do Curso e mural da Secretaria Acadêmica da Unidade.

8. DAS PROVAS

O processo seletivo compreenderá uma prova objetiva de múltipla escolha ou discursiva sobre o conteúdo da disciplina na qual o aluno se candidatou;

As provas serão realizadas no dia **08 de junho de 2026 às 15h00** no auditório da Escola de Direito/UEA.

9. DO RESULTADO PARCIAL DAS PROVAS



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



O resultado parcial da Seleção de Monitoria será divulgado nas seguintes plataformas: Site da UEA, Coordenação do Curso e mural Secretaria Acadêmica da Unidade.

Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 7,0.

Em caso de empate terá preferência o candidato que:

- I. Tiver maior nota na disciplina objetiva da monitoria;
- II. Apresentar maior média na disciplina;
- III. Apresentar maior coeficiente de rendimento;

10. INSTÂNCIAS DE RECURSO DA PROVA

O recurso relacionado às questões da prova deverá ser encaminhado ao e-mail: monitoria_ed@uea.edu.br da Coordenação do Programa de Monitoria, devidamente justificado e comprovado, devendo versar, estritamente, sobre o pedido do recurso até as 23h59 do dia 11 de junho de 2026.

O período para a análise do recurso será no dia 11 a 15 de junho de 2026.

11. DO RESULTADO DAS PROVAS

Mediante a conclusão da análise dos recursos, será divulgado o resultado final no dia **17 de junho de 2026**.

12. ADESÃO AO PROGRAMA

O aluno aprovado e classificado na seleção de monitoria será cadastrado no SISPROJ em data prevista, no entanto, caso o aluno não disponha de tempo congruente ao horário da disciplina ou aluno que foi aprovado na seleção, mas que não foi aprovado na disciplina recém finalizada ou não enviou o histórico para comprovação de aprovação na disciplina, não terão sua efetivação no programa ou seja, serão removidos do SISPROJ pela Coordenação Geral de Monitoria.

Os candidatos **CLASSIFICADOS** (candidato classificado e aprovado dentro das vagas disponíveis) para o Programa de Monitoria deverão enviar ao seu respectivo Professor-Orientador os documentos descritos abaixo para a inserção no SISPROJ até o dia **10 de julho de 2026**.

- **BOLSISTAS**

- I. Comprovante de **conta corrente** (Banco Bradesco, Next, NuBank, Inter, Iti, Original, Neon e afins) em nome do bolsista, **mostrando conta e agência**. Aceitamos: extrato atualizado, contrato de abertura de conta e cópia do cartão. (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Cópia da Carteira de Identidade e CPF (entregar ao orientador para anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- III. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- IV. Plano de Orientação do Aluno-monitor e professor-orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- V. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA);
- VI. Declaração de servir à Monitoria nas horas semanais;
- VII. Declaração de não acumulação de bolsa pelo aluno-monitor do programa de monitoria remunerada da UEA.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link:

https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

- **VOLUNTÁRIOS**

- I. Termo de Compromisso (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);
- II. Plano de Orientação do Aluno-monitor e Professor-Orientador (depois de preenchido e assinado pelo professor-orientador e aluno-monitor, anexar no SISPROJ NOVO em PDF);



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



III. Cadastro de aluno e orientador (preencher e anexar em PDF documento que está disponível no SISPROJ NOVO e site da UEA).

IV. Declaração de servi à Monitoria nas horas semanais.

PARÁGRAFO ÚNICO: Os documentos para o Programa de Monitoria estão no link:

https://drive.google.com/drive/folders/15OEi_RmGE1Qtr2FzHdb8oT548DKzOPs7?usp=sharing

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

O programa de Monitoria 2026/2 inicia-se no dia 03 de agosto de 2026 e encerra-se no 04 de dezembro de 2026.

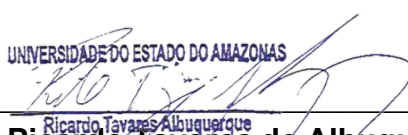
Ao término de cada período letivo, o orientador da monitoria/coordenador da disciplina deverá anexar no SISPROJ NOVO o Relatório Semestral (preenchido pelo aluno-monitor) e a Avaliação Final (preenchido pelo orientador da monitoria/coordenador da disciplina). O descumprimento deste item impedirá o aluno de disputar nova monitoria e de receber seu certificado.

O aluno-monitor fará jus o certificado por meio de solicitação à coordenação geral de monitoria via e-mail: monitoria@uea.edu.br se tiver a frequência mínima de 75% da carga horária total destinada à monitoria e avaliação favorável do orientador da monitoria/coordenador da disciplina.

O aluno-monitor dispensado pelo não cumprimento das normas do Programa de Monitoria não poderá se inscrever em novo processo de seleção.

Manaus, 18 de maio de 2026.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS


Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque

Coordenador do Programa de Monitoria da Escola de Direito

ANEXO I - CRONOGRAMA

ORDEM	ATIVIDADE	DATA
1	Divulgação do Edital para seleção de vagas de Monitoria para o semestre de 2026/1.	18/05/2026
2	Período de inscrição via <i>Google Forms</i> .	18/05/2026 a 24/05/2026
3	Divulgação do resultado parcial das inscrições DEFERIDAS e INDEFERIDAS.	27/05/2026
4	Período para recurso das inscrições.	27/05/2026 e 28/05/2026
5	Divulgação do resultado final das inscrições deferidas.	29/05/2026
6	PROVA DE MONITORIA 2026/2	08/06/2026
7	Divulgação do resultado parcial da prova.	10/06/2026
8	Período para recurso da prova.	10/06/2026 e 11/06/2026
9	Período para análise do recurso da prova.	11/06/2026 a 15/06/2026
10	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DA PROVA.	17/06/2026
11	Preenchimento dos documentos de adesão e envio da documentação para monitoria_ed@uea.edu.br e upload dos documentos e cadastramento das disciplinas no SISPROJ NOVO (envio para o e-mail da monitoria é apenas para arquivo e a validação é apenas com o cadastro no SISPROJ).	17/06/2026 a 10/07/2026
12	Início das atividades de Monitoria.	03/08/2026
13	Encerramento das atividades de Monitoria.	04/12/2026
14	Encaminhamento do Relatório e Avaliação Semestral das atividades do aluno-monitor.	Após o término das atividades
15	Período de solicitação de Certificado de Monitoria à PROGRAD através do monitoria@uea.edu.br	Após a entrega dos relatórios e avaliações semestrais.



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



ANEXO II - LISTA DE DISCIPLINAS

2º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0201	Ética Profissional	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0202	Introdução ao Estudo do Direito II	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0203	Direito Constitucional I	2 (1Vesp + 1Not)	2 noturno
ED0204	Direito Civil I (até PJ)	2 (1Vesp + 1Not)	-
ED0205	Direito Internacional Público	1	1
ED0206	Psicologia Geral e Jurídica	1	

4º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0401	Direito Administrativo I	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0402	Direito Constitucional III	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0403	Direito Civil III (Obrigações)	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0404	Direito Digital	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0405	Direito Penal II	2 (1Vesp + 1Not)	2 (1Vesp + 1Not)
ED0406	Direito Processual Civil I	1	2 (1Vesp + 1Not)

6º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0601	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)	1	-
ED0602	Prática Jurídica Simulada	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0603	Direito Administrativo III	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0604	Direito do Trabalho I	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0605	Direito Processual Civil III	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0606	Direito Processual Penal II	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0607	Direito Penal IV	1	2 (1Vesp + 1Not)



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



8º PERÍODO – GRADE 2023			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ED0801	Direito Civil VII (Família)	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0802	Direito do Consumidor	1	1
ED0804	Direito Empresarial II	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0805	Direito Eleitoral	1	-
ED0806	Direito Processual do Trabalho	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0807	Direito Tributário II	1	2 (1Vesp + 1Not)
ED0803	Direito Agrário	1	2 (1Vesp + 1Not)

10º PERÍODO – GRADE 2015			
SIGLA	DISCIPLINAS	QUANTIDADE DE VAGAS	
		REMUNERADA	VOLUNTÁRIA
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	1	1
ESO1027	Direito Processual Constitucional	1	-
ESO1031	Direito Ambiental II	-	2 (1Vesp + 1Not)



ANEXO III – EMENTÁRIO

SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0201	Ética Profissional	60	0	0	60	4.4.0	-
EMENTA							
Regras deontológicas fundamentais. A ética profissional e as carreiras jurídicas: o advogado, o juiz e o ministério público. Relação dos operadores do direito com a sociedade. A Ordem dos Advogados do Brasil. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. O Código de Ética e Disciplina. Código de ética da magistratura nacional. Ética e compliance. Análise prática de casos. Julgamento simulado do tribunal de ética e Disciplina da OAB.							
OBJETIVOS							
Formar profissionais com conhecimento e postura ética, capazes de preservar a dignidade humana, a liberdade, a igualdade de oportunidades e o respeito aos direitos de cidadania. Estudar os princípios éticos norteadores do comportamento dos profissionais do direito, sob o ponto de vista dos valores constitucionais e a realidade; Analisar as punições a que estão sujeitos os profissionais do direito que transgridem as normas e comportamento ético-profissional; Ser capaz de expressar os conhecimentos adquiridos, através de atitudes e postura.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BITTAR, Eduardo C. B. Curso de ética jurídica: ética geral e profissional. 12. ^a ed. São Paulo: Saraiva, 2015. LÔBO, Paulo Luiz Netto. Comentários ao Estatuto da Advocacia e da OAB. 14. ^a ed. São Paulo: SaraivaJur, 2022. NALINI, José Renato. Ética geral e profissional. 14. ^a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020..							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BRASIL. Estatuto da Advocacia e da OAB: lei n. 8.906, de 4 de julho de 1994, incluindo alterações da Lei n.º 14.365 de 2 de junho de 2022. SAAD-DINIZ, Eduardo. Ética negocial e compliance: entre a educação executiva e a interpretação judicial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. SOUZA, Marcus Seixas. Ética e inteligência artificial no poder judiciário: comentários à resolução No 332/2020 do Conselho Nacional de Justiça. Civil Procedure Review, v. 13, n. 3, 2022.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0202	Introdução ao Estudo do Direito II	60	0	0	60	4.4.0	ED0101
EMENTA							
TEORIA DA NORMA JURÍDICA. TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO. HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. METODOLOGIA E SISTEMA DO DIREITO							
OBJETIVOS							
Aprofundar o aprendizado na teoria do Direito dando ênfase a autores internacionais que são referência na ciência jurídica ocidental							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica, 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016. Teoria do ordenamento jurídico. 10.ed. Brasília: Editora UNB, 1999. KELSEN, Hans. Teoria Geral do Direito e do Estado, 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2016.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALEXY, Robert. Conceito e validade do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ENGLISH, Karl. Introdução ao Pensamento Jurídico. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2008. HART, Herbert. O Conceito de Direito. São Paulo: Martins Fontes, 2009. KELSEN, Hans. Teoria Geral das Normas. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1986. _____. Teoria Pura do Direito, 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0203	Direito Constitucional I	60	0	0	60	4.4.0	ED0107
EMENTA							
Teoria Geral dos Direitos Fundamentais: princípios, denominações, classificações, características, eficácia e aplicabilidade, hermenêutica. Os movimentos constitucionalistas. Os direitos fundamentais nas constituições brasileiras de 1824 a 1969. Os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988: Aspectos gerais. Direito à vida, direito à igualdade, direito à liberdade, direito à privacidade, direito à propriedade, direito à segurança, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos. Garantias individuais e coletivas na Constituição Federal de 1988: Garantias processuais e remédios constitucionais.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Estudar a origem e a evolução político-constitucional dos direitos e garantias fundamentais, para compreender o alcance e o significado jurídico da conquista destes direitos e garantias, assegurados, atualmente, nas constituições.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar os elementos da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, buscando a compreensão do conceito desta categoria jurídica; Analisar a evolução da proteção de direitos e garantias fundamentais, a partir da sua característica de historicidade, na origem dos movimentos constitucionalistas e nas constituições brasileiras anteriores à Carta de 1.988; Examinar os fundamentos jurídicos da proteção dos direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal de 1.988, enfocando seu Título II; Avaliar a concretização e a realização das normas constitucionais de proteção dos direitos e garantias fundamentais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo. 10. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022. CAMPANHOLE, Adriano. CAMPANHOLE, Helton Lobo. Constituições do Brasil. S. Paulo: Atlas, 1.999. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2.017. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. Editora Atlas. 38ª ed. 2022. NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 18ª. ed. Salvador: Juspodivm, 2023.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0204	Direito Civil I (até pj)	30	0	0	30	2.2.0	ED0101
EMENTA							
Introdução ao direito civil: história, codificação e constitucionalização. Relação jurídica. Pessoa Natural: personalidade jurídica, capacidade jurídica, nascimento, morte e ausência. Direitos da Personalidade. Pessoa jurídica. Entes despersonalizados. Associação e fundação.							
OBJETIVOS							
Geral: Introduzir os alunos no estudo da Teoria Geral do Direito Civil. Específicos: Contextualizar o passado e contemporaneidade no estudo do direito privado. Compreender as relações jurídicas e os sujeitos de direito. Desenvolver um conhecimento crítico sobre os direitos da personalidade.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DE FARIAS, Cristiano Chaves; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: parte geral e LINDB. 21. ^a ed., São Paulo: Juspodivm, 2023. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: parte geral. Vol. 1, 20. ^a ed., São Paulo: Saraiva, 2022. VENOSA, Silvio. Curso de Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 22. ^a ed., São Paulo: Atlas, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DA SILVA, Caio Mário Pereira. Instituições de Direito Civil: introdução ao Direito Civil e Teoria Geral do Direito Civil. Vol. 1, 33. ^a ed., São Paulo: Forense, 2020. GOMES, Orlando. Raízes históricas e sociológicas do Código Civil. LOBO, Paulo. Direito Civil: parte geral. Vol. 1, 12. ^a ed., São Paulo: Saraiva, 2023. NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código Civil Comentado. 14. ^a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. WALD, Arnoldo; PAESANI, Liliana Minardi; CAVALCANTI, Ana Elizabeth L. W. Direito Civil: introdução e parte geral. Vol. 1, 14. ^a ed., São Paulo: Saraiva, 2015.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0205	Direito Internacional Público	60	0	0	60	4.4.0	ED0107
EMENTA							
Noções preliminares, princípios, formação histórica, fundamentos, validade, sujeitos, fontes, direito dos tratados, tratados de direitos humanos na Constituição Federal de 1988. O Estado como sujeito do direito internacional, responsabilidade internacional do Estado, direito das relações diplomáticas e consulares. O regime jurídico internacional do território do Estado e das áreas de domínio público internacional. As Organizações Internacionais. A solução pacífica de controvérsias e a guerra no Direito Internacional.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Apresentar ao discente de graduação os fundamentos para o estudo do Direito Internacional contemporâneo.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Estudar o desenvolvimento histórico do Direito Internacional da Antiguidade aos dias atuais, visando compreender os seus fundamentos e as suas diversas dimensões de validade. Examinar as fontes do Direito Internacional, partido do artigo 38 do Estatuto da Corte Internacional de Justiça acrescido das fontes contemporâneas que regulam a disciplina; Conhecer os atuais sujeitos do Direito Internacional, iniciando a análise pelo Estado. Examinar o Direito Diplomático e Consular com enfoque no Direito brasileiro. Refletir acerca das normas internacionais que regulamentam o território do Estado e o domínio público internacional. Conhecer o fenômeno das organizações internacionais, sua teoria geral e classificação, bem como estudar a Organização das Nações Unidas e a Organização dos Estados Americanos. Analisar os meios pacíficos de soluções de controvérsias internacionais e o regime jurídico da guerra no direito internacional contemporâneo.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ACCIOLY, Hildebrando. NASCIMENTO E SILVA, G. E. do. CASELLA, Paulo Borba. Manual de Direito Internacional Público. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2.019.							
BOSON, Gerson de Brito Mello. Direito Internacional Público: o Estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 2.000.							
VARELLA, Marcelo D. Direito Internacional Público. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 2.003.							
História do Direito Internacional Público. Rio de Janeiro: Forense, 1.988.							
MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito dos Tratados. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.							
SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. Manual das Organizações Internacionais. 6. ed. Porto Alegre: Liv. do Advogado, 2016.							
SICARI, Vincenzo Rocco. O Direito das Relações Diplomáticas. Belo Horizonte: Del Rey, 2.007. (Coleção Para Entender).							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0206	Psicologia Geral e Jurídica	30	0	0	30	2.2.0	-
EMENTA							
Introdução à psicologia geral. Abordagens psicológicas. Temas e variações. A psicologia e a lei, responsabilidade criminal, testemunha pericial, psicologia e direito civil, imperícia, psicologia infantil e a lei, ética e psicologia, perícias psicológicas, metodologias de trabalho nos casos de adoção, vitimização de crianças e adolescentes, práticas de delitos, separações judiciais e modificações de guarda de filhos, intervenções do psicólogo no sistema judiciário, penal e forense, estudo da personalidade e seus desvios, temperamento e caráter, conceito de saúde psicológica, causas da psicopatologia, oligofrenia: importância jurídica. Psicoses orgânicas e funcionais: importância jurídica. Psiconeuroses: conceitos e tipos. Psicopatias e suas implicações na esfera jurídica, incapacidade de entendimento e determinação, exame criminológico e de cessação de periculosidade.							
OBJETIVOS							
Instrumentalizar o aluno para que possa realizar uma crítica jurídico-psicológica em relação ao papel do direito e sua inserção social, na compreensão do comportamento humano e dos processos cognitivos, conscientes e inconscientes subjacentes a tais comportamentos. Possibilitar ao aluno, cientificamente, conhecer a psicologia geral e a prática da psicologia jurídica, enquanto ciência interdisciplinar, e sua aplicação junto aos órgãos da infância e da juventude (ECA), aos litígios ligados à parte geral do direito civil, ao direito de família, ao direito penal e processual penal.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
SERAFIM, Antonio de Pádua & SAFFI, Fabiana. Psicologia e práticas forenses. Barueri/SP: Manole, 2018. TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para operadores do direito. 9ª. Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado editora, 2020. WEITEN. Wayne. Introdução à Psicologia: Temas e Variações. São Paulo: Pioneira-Thomson. 2016.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FIORELLI, José Osmir. MANGANI, Cathya Ragazzoni. Psicologia Jurídica. São Paulo: Atlas, 2021. GONÇALVES, Hebe Signorini e BRANDÃO, Eduardo Ponte (orgs.). Psicologia Jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2014. LOPEZ, Emilio Mira. Manual de Psicologia Jurídica. Campinas/SP: Servanda, 2015. MORRIS, Charles G. MAISTO Albert A. Introdução à Psicologia. 6ª edição. São Paulo: Pearson, 2014. MYERS, David G. Psicologia Social. Porto Alegre: AMGH, 2014.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0401	Direito Administrativo I	60	0	0	60	4.4.0	ED0203
EMENTA							
Teoria Geral do Direito Administrativo: Noção e objeto. Regime Jurídico Administrativo. Administração Pública. Poderes Administrativos.							
OBJETIVOS							
GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade. ESPECÍFICOS - (I) Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica; Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade. (II) Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos. (III) Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado; (IV) Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Atlas, 2022. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo, 34 ed. Ed. Malheiros. 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas. 2022.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0402	Direito Constitucional III	60	0	0	60	4.4.0	ED0301
EMENTA							
Sistema Constitucional Tributário e Orçamentário: princípios gerais, limitações ao poder de tributar, espécies de tributos e repartição das receitas tributárias. Finanças Públicas. Tributação e Orçamento. A Ordem Econômica e Financeira. A Ordem Social.							
OBJETIVOS							
OBJETIVO GERAL: Estudar os Títulos VI a VIII do texto constitucional brasileiro os quais abrangem Estado e das instituições democráticas, a divisão do poder de tributar, a formação do orçamento público, bem como as disposições sobre a ordem econômico-financeira e social.							
OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Analisar, a partir do texto constitucional, o poder de tributar do Estado e a conformação do sistema constitucional tributário e orçamentário; Compreender os aspectos constitucionais da Ordem Econômica e Financeira; Estudar os componentes constitucionais da Ordem Social; Interpretar criticamente as normas constitucionais referentes às temáticas dos Títulos VI a VIII em estudo; Examinar a aplicação dos dispositivos constitucionais em apreço através da leitura da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal pertinente à temática abrangida pelos títulos VI a VIII da Constituição Federal de 1988.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 35. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.020.							
LENZA, Pedro. Direito Constitucional: Esquematizado. 26. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.							
SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 44. ed. S. Paulo: Malheiros: 2.022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
GRAU, Eros Roberto. Ordem Econômica na Constituição de 1.988. 20. ed. S. Paulo: Malheiros, 2.023.							
MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional 17. ed. S. Paulo: Saraiva, 2.022.							
MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 38. ed. S. Paulo: Atlas, 2.022.							
NOVELINO, Marcelo. Curso Direito Constitucional. 18. ed. S. Paulo: JusPodivm, 2.023.							
TAVARES, André Ramos. Curso de Direito Constitucional. 20. ed. S. Paulo: Saraiva: 2.022.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0403	Direito Civil III (Obrigações)	60	0	0	60	4.4.0	ED0302
EMENTA							
Direito das Obrigações: Origens e transformações. Conceito. Requisitos. Relações obrigacionais. Função e estrutura. Fontes obrigacionais. Obrigações civis e naturais. Modalidade das obrigações: Obrigações de dar, fazer, não fazer, solidárias, indivisíveis e alternativas. Elementos. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Cláusulas de garantia, de limitação e de exclusão da responsabilidade. Cláusula Penal. Arras. Extinção das obrigações.							
OBJETIVOS							
Situar o aluno num contexto de obrigações dentro de uma sociedade e compreender os diversos tipos de relações obrigacionais; estabelecer a gênese das obrigações, suas modalidades e consequências; desenvolver habilidades essenciais para uma verdadeira formação profissional do Bacharel em Direito.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS. Cristiano Chaves de. ROSENVALD. Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. Vol. 2. 17. ^a Ed. Salvador: Juspodivm. 2023.							
GONÇALVES, Carlos Roberto. Curso de Direito Civil. Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 20. ^a ed. São Paulo: Saraiva. 2023.							
VENOSA. Sílvio de Salvo. Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. 22 ed. São Paulo: Atlas. 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. Vol. 2. 37. ^a Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.							
GAGLIANO. Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO. Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil. Obrigações. Vol. 2. 23. ^a Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.							
WALD, Arnoldo. Direito Civil – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos. vol. 2. 21. ^a ed. São Paulo: Saraiva. 2013.							
GOMES, Orlando. Obrigações. 19. ^a ed. São Paulo: Forense. 2019							
TARTUCE, Flavio. Direito Civil - Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2. 18. ^a ed. São Paulo: Forense. 2023							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0404	Direito Digital	60	0	0	60	4.4.0	
EMENTA							
Informática e direito. Conceito de direito digital. Histórico e a formação do direito digital. As relações do direito digital com os ramos do direito. Liberdade de informação e princípios constitucionais. A proteção jurídica de dados pessoais e a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (Lei n.º 13.709/2018); Análise e operacionalização do contrato eletrônico. Comércio eletrônico. Exame de questões relacionadas à defesa do consumidor em matéria de comércio eletrônico. Direito digital e as atividades notariais e registrais; Aspectos tributários e direito digital. Definição de propriedade intelectual. Internet e o direito de autor. Os princípios do processo eletrônico. Internet e privacidade. Delitos e responsabilidade na rede. Introdução à gestão da segurança. Reflexão sobre crimes de informática.							
OBJETIVOS							
Capacitar os alunos para análise das questões jurídicas relativas as novas tecnologias. Fornecer conceitos básicos de Informática Jurídica, familiarizando os alunos com os respectivos termos técnicos. Apresentar uma visão crítica do direito tecnológico. Preparar o profissional do Direito para a análise da utilização da Informática e suas consequências jurídicas.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
PECK, Patrícia. Direito Digital. 7ªed. São Paulo: Saraiva Jur. 2021. SYDOW, Spencer Toth. Curso de direito penal informático: partes geral e especial. Salvador: Juspodivm, 2023. TEIXEIRA, Tarcisio. Direito digital e processo eletrônico. 7ªed. Saraiva Jur, 2023							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARRETO, Alesandro Gonçalves; KUFA, Karina; SILVA, Marcelo Mesquita. Ciber Crimes e seus reflexos no direito brasileiro. Salvador: JusPodivm, 2022. GLENNY, Misha. Mercado Sombrio: o cibercrime e você. São Paulo: Companhia Das Letras, 2011. JORGE, Higor Vinicius Nogueira; VERGINE, Gaetano. Relatos sobre a investigação de crimes cibernéticos. Salvador: JusPodivm, 2022. MARTINS, Guilherme Magalhães; LONGHI, João Victor Rozatt (org.). Direito digital: direito privado e internet. Editora Foco, 2021. PINHO, Anna Carolina (org.). Manual de direito na era digital - Consumidor. Editora Foco, 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0405	Direito Penal II	60	0	0	60	4.4.0	ED0303
EMENTA							
Teoria da Sanção Penal. Das Penas. Do Concurso de Crimes. Do Livramento Condicional e da Suspensão Condicional da Pena e do Processo Penal. Das Medidas de Segurança. Da Ação Penal. Das Causas Extintivas da Punibilidade.							
OBJETIVOS							
Habilitar o estudante para aplicação dos conceitos à práxis, bem como proporcionar embasamento teórico que o insira no contexto científico, pois será o estudante capaz de questionar a função da pena e do direito penal no Estado Democrático de Direito, bem como fazer uma análise comparativa com outras culturas. Abordar os aspectos da sanção enquanto conduta devida em caso da ocorrência criminosa, os efeitos secundários da condenação, a medida de segurança e sua natureza diversa da sanção criminal; Analisar os institutos do livramento condicional, do sursis e da suspensão condicional do processo e as causas extintivas da punibilidade.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal 1, parte geral. 29ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023 ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. vol. 1. 25ª ed. São Paulo: Atlas. 2023.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
GARCIA, Basileu. Instituições de Direito Penal, tomo I. vol. I. 7ª ed. São Paulo: Saraiva. 2012 BETTIOL, Rodolfo. BETTIOL, Giuseppe. Instituições de Direito e Processual Penal. 1ª ed. São Paulo: Pillares. 2008. CERNICCHIARO, Luiz Vicente. COSTA JR., Paulo Jose da. Direito Penal na Constituição. BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. 1ª ed. Editora Lafonte. 2022 SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito Penal: parte geral. 10ª ed. Tirant. 2022							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0406	Direito Processual Civil I	60	0	0	60	4.4.0	ED0305
EMENTA							
Normas Processuais Cíveis. Normas Fundamentais Jurisdição e Ação; Competência Interna e Cooperação Nacional; Partes e Procuradores. Capacidade Processual. Deveres das Partes e Procuradores; Litisconsórcio; Intervenção de Terceiros; Juiz e Auxiliares da Justiça; Poderes e Deveres; Auxiliares da Justiça; Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública. Dos Atos Processuais; Formação, Suspensão e Extinção do Processo; Processo e Procedimento; Tutela Provisória. Tutela de Urgência. Tutela de Evidência.							
OBJETIVOS							
A. GERAL: Proporcionar a capacidade de sistematizar o processo de forma complexa, especialmente a partir dos princípios – entendidos aqui não como recursos supletivos da ausência de lei, mas como fundamentação do direito. A dinâmica do processo se efetiva em diversos planos: sujeitos do processo, atos do processo, procedimento. B. ESPECÍFICOS: Permitir ao aluno um raciocínio crítico sobre a vinculação essencial entre o processo e a própria essência do direito, não só a partir do estudo de textos legais, mas mesmo a partir da prática, estudo da jurisprudência, obras literárias correlatas.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9ª edição, capa dura, 2023. ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. DIDIER JUNIOR, Fredie. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - V.1 - INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL, PARTE GERAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO. De acordo com as decisões dos tribunais superiores de 2022 e com os novos enunciados aprovados no FPPC de 2022. Salvador: Juspodvim. 2023.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022. DONIZETTI, Elpidio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023 MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021. WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0601	Direito Civil V (Responsabilidade Civil)	30	0	0	30	2.2.0	ED0503
EMENTA							
Noções gerais. Evolução histórica. Responsabilidade Aquiliana e Contratual. Responsabilidade Subjetiva. Dano. Culpa. Nexo de causalidade. Excludentes da responsabilidade civil. Responsabilidade civil por fato de terceiro. Responsabilidade civil por fato das coisas. Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado. Responsabilidade Profissional. Responsabilidade por fato ilícito. Teoria da transparência. Responsabilidade objetiva. A teoria do risco. Responsabilidade Civil na Relação de Consumo. Responsabilidade civil do Estado. Atos administrativos, judiciais e legislativos. Liquidação do dano e ação de indenização. Ônus da prova. Dano patrimonial e dano moral. Sujeito ativo e sujeito passivo da responsabilidade civil. Solidariedade ativa. Transmissibilidade de ação. Solidariedade passiva. Transmissibilidade da obrigação de indenizar. Direito de regresso. Efeitos da decisão criminal sobre a ação indenizatória no juízo cível. Garantias da indenização.							
OBJETIVOS							
Conhecer e aplicar a teoria da responsabilidade civil, extracontratual e contratual civil e dos direitos decorrentes de danos; Construir uma visão mais atual, mais complexa da responsabilidade civil; Desenvolver o conhecimento das teorias que fundamentam o dever de indenizar e de como aplicá-las ao caso concreto; Integrar a teoria da Responsabilidade Civil à prática de sua efetivação.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. BRAGA NETTO, Felipe Peixoto. Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil Vol. 3. 10. ^a Ed. Salvador: Juspodivm. 2023							
VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil - Responsabilidade Civil. Volume IV. 15 ^a ed. São Paulo: Atlas, 2022.							
CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Responsabilidade Civil. 15 ^a ed. São Paulo: Atlas, 2021							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
GOMES, Orlando. Responsabilidade Civil. 1 ^a ed. São Paulo: Forense. 2011							
MELO, Marco Aurelio Bezerra de. Direito Civil - Responsabilidade Civil. 3 ^a ed. São Paulo: Forense. 2019							
GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil - Responsabilidade Civil - Vol. 3 - 13 ^a Ed. Saraiva. 2022.							
STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil - 9 ^a Ed. Editora RT. 2013.							
GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Volume 4. 10 ^a ed. São Paulo: Saraiva. 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0602	Prática Jurídica Simulada	30	30	0	60	3.2.1	ED0305
EMENTA							
Linguagem Forense. Redação Jurídica e Oficial. Procedimento administrativo. Elaboração de Contratos Cíveis e Empresariais. Elaboração de Instrumento de Procuração e Substabelecimento, Petição inicial, Contestação, Réplica e Recursos Judiciais. Elaboração de Comunicações Oficiais. Visita Técnica aos Tribunais e delegacias. Noções sobre o Exercício Profissional dos Diversos Operadores do Direito. Remédios Constitucionais.							
OBJETIVOS							
Introduzir o aluno na prática forense ensinando-o a elaborar contratos, instrumentos de procuração e substabelecimento, petições, contestação, réplica, recursos e comunicações oficiais.							
Proporcionar ao discente um conhecimento teórico consistente, capacitação e competência para a aplicação do direito aos problemas hodiernos da vida em sociedade e dinamização relacionada ao tempo para resolução dos conflitos sujeitos à apreciação do judiciário.							
Contribuir para a formação de um futuro profissional cidadão, atuante na sociedade, através de pesquisas bibliográficas e observacionais. Discutir a teoria diante da prática executada no Brasil e promover questionamentos.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
DE FARIAS, Chaves Cristiano. Direito de Família na Prática. 2ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2023.							
TARTUCE, Fernanda; DELLORE, Luis. Manual de prática civil. 17ª.ed. São Paulo: Método, 2022.							
BERTOLO, José Gilmar. Prática processual civil anotada. 9ª ed. São Paulo: Memória Forense. 2018.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARROSO, Darlan; ARAUJO JUNIOR. Marco Antonio; Prática Civil: coleção Prática forense. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2022.							
FEIGELSON, Bruno. O advogado do Amanhã. 1.ª ed. São Paulo: RT, 2019.							
GUILAUMON, Talita Hae Sun Brandini Park; PARK. Thais Hae, Dicionário Jurídico. Edição Comemorativa. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. 2022.							
DA LUZ, Valdemar P. 34ª ed, São Paulo: Manole. 2022.							
SARLET, Ingo. Processo Constitucional. 2ª ed. RT: Atlas. 2021							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0603	Direito Administrativo III	60	0	0	60	4.4.0	ED0504
EMENTA							
Licitações e Contratos Administrativos. Lei n. 14.133/2021. Licitação. Modalidades, Tipos, Modos de Execução. Inovações, Características e Procedimentos licitatórios. Contrato Administrativo. Extinção do Contrato Administrativo.							
OBJETIVOS							
GERAL - Analisar a atividade administrativa sob a ótica da estrutura organizacional da Administração Pública empregando os principais instrumentos do Direito Administrativo buscando demonstrar a integração da Administração Pública com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais do Estado Democrático de Direito, na realização do bem-estar da coletividade. ESPECÍFICOS - (I) Enquadrar juridicamente as situações concretas por meio de análise crítica; Inferir a noção de Direito Administrativo sob a ótica do controle de suas funções, consubstanciada no estudo do exercício de suas atribuições, vinculadas, sempre, ao princípio da legalidade.; (II) Explicitar acerca dos procedimentos administrativos quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, serviços públicos e servidores públicos; (III) Expor sobre Responsabilidade Civil do Estado; (IV) Consubstanciar sobre Licitações e Contratos Administrativos e suas repercussões na estrutura organizacional da Administração Pública.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 44 ed. Ed. Malheiros, 2020. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 15 ed. Ed. RT. 2021. OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 3 ed. Ed.: Forense. 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo, 35 ed., Ed. Atlas. 2022. GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo, 17 ed. Ed. Saraiva, 2012. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, 14 ed. Ed. RT. 2022. MEDAUAR, Odete. Direito Administrativo Moderno, 22 ed. RT. 2020. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 11 ed. Ed. Atlas. 2022.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0604	Direito do Trabalho I	60	0	0	60	4.4.0	ED0503
EMENTA							
Histórico do trabalho humano. História internacional e Nacional do Direito do Trabalho. Direito Internacional do Trabalho. Teoria Geral do Direito do Trabalho: denominação, autonomia, interpretação, princípios, fontes, hierarquia e aplicação do direito do trabalho. Regras imperativas e flexibilização. Renúncia e transação no direito do trabalho. O trabalho humano, seus vários formatos e a tutela legal. O trabalho humano e a Constituição da República Federativa do Brasil. Rural, Doméstico, Avulso, Mãe Social, Eventual, Cooperado, Aprendiz, Estagiário, Voluntário, Atleta. Trabalho Infantil. Prescrição e Decadência no direito do trabalho.							
OBJETIVOS							
Geral: Apresentar aos alunos a ideia do Direito do Trabalho, a partir de um enfoque histórico do trabalho na modernidade, para em seguida ensinar a apreciação histórica do próprio Direito do Trabalho, em termos gerais e especificamente em relação ao Estado Brasileiro. Específicos: Projetar o Direito do Trabalho como fenômeno decisório no contexto sócio - laboral, destacando-o, de um lado, como instrumento de promoção de equilíbrio entre as forças do capital e do trabalho e, do outro, como um conjunto de normas disciplinadoras da relação jurídica do trabalho; Analisar o problema terminológico da disciplina, seus princípios fundamentais, seus conceitos em função de seus fins; Transmitir ao acadêmico de direito, uma visão global não só quanto às formas de trabalho, como também à reorganização e flexibilização do mercado do trabalho, globalização e integração econômica; Estudar o papel do Direito do Trabalho em referência ao trabalho assalariado.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. Direito do Trabalho e pós-modernidade: fundamentos para uma teoria geral. São Paulo: LTr, 2005. CASSAR, Vólia Bonfim. Direito do Trabalho. São Paulo: Editora Método, 2022. FELICIANO, Guilherme Guimarães. Curso Crítico de Direito do Trabalho: Teoria Geral do Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2012.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BEZERRA LEITE, CARLOS HENRIQUE. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023. CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2023. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2020. JORGE NETO, Francisco Ferreira. Direito do Trabalho. São Paulo: Atlas, 2018. MARTINEZ, Luciano. Curso de Direito do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0605	Direito Processual Civil III	60	0	0	60	4.4.0	ED0507
EMENTA							
1. Ordem dos Processos nos Tribunais- Parte geral (art. 926 a 932) 2. Ordem dos Processos e Competência Originária (arts. 933 a 946); 3. Incidente de Assunção de Competência e Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade. (Arts. 947 a 950); 4. Conflito de Competência, homologação de Decisão Estrangeira e Concessão de Exequatur em Carta Rogatória (Arts. 951 a 965); 5. Ação Rescisória; 6. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; 7. Reclamação; 8. Recursos, teoria geral; 9. Parte geral dos recursos; 10. Recursos em espécie, Apelação; 11. Agravo de Instrumento; 12. Agravo Interno; 13. Embargos de Declaração; 14. Recurso Ordinário Constitucional; 15. Recurso Especial e Recurso Extraordinário; 16. Recurso Especial Repetitivo e Recurso Extraordinário Repetitivo; 17. Agravo em Resp e Rext; 18. Embargos de Divergência. Ementa corresponde aos Artigos 926 a 993 (Processos nos Tribunais) e Arts. 994 a 1044 (Recursos).							
OBJETIVOS							
Desenvolver o estudo da fase recursal e de como ocorre o julgamento dos processos nos tribunais, de acordo com as Disposições do Código de Processo Civil Lei n. 13.105, de 16/03/2015. Desvendar as formas de impugnação das decisões judiciais, primeiro analisando os recursos em suas disposições gerais bem como os recursos em espécie, pela sistemática do Código de Processo. Em seguida, efetuar o estudo e compreensão da sessão do código relativa ao processo nos tribunais, especialmente da ordem dos processos e competência originária, além do estudo dos institutos jurídicos de incidente de assunção e conflito de competência, da ação rescisória e arguição de inconstitucionalidade. Deverá o discente entender a sistemática do Código de processo Civil para os institutos mencionados, juntamente com as novas tendências do processo civil brasileiro.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
Código de Processo Civil Comentado por Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart, e outros. 9ª edição, capa dura, 2023. ALVIM, Arruda. Manual de direito processual civil. 20 ed, capa comum. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil (Volume 3) Capa dura. 24 ed. Vol. III. Salvador: Juspodvim. 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. v. II a VI. São Paulo: Malheiros, 2022. DONIZETTI, Elpidio, Curso Didático de Direito Processual Civil. São Paulo: Atlas, 2023 MARINONI, Luiz Guilherme & ARENHART, Sérgio Cruz. Manual do processo de conhecimento. v. I a III. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022 THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. v. I e II. Rio de Janeiro: Forense, 2021. WAMBIER, Luiz Rodrigues & TALAMINI, Eduardo & ALMEIDA, Flávio Renato. Curso Avançado de direito processual civil. v. I a IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0606	Direito Processual Penal II	60	0	0	60	4.4.0	ED0506
EMENTA							
Sujeitos da Relação Processual. Atos Processuais. Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória. Citação e Intimação. Sentença. Procedimentos Comum e Especiais. Tribunal do Júri. Nulidades. Recursos em Geral. Ações autônomas de Impugnação.							
OBJETIVOS							
Compreender os fundamentos e os princípios gerais do Direito Processual Penal, suas fontes, sua aplicação e interpretação. Desenvolver no aluno uma posição crítica sobre os pontos desenvolvidos. Proporcionar ao aluno a relação entre a teoria e a prática através da interpretação dogmática e jurisprudencial dos temas desenvolvidos. Instar o acadêmico a interpretar textos legais, doutrinários e jurisprudenciais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LIMA, Renato Brasileiro de. Curso de Processo Penal. Salvador: jusPODIVM, 2022. LOPES JR, Aury. Direito Processual Penal. São Paulo; Saraiva jur, 2022. NUCCI, Guilherme de Souza. Curso de Direito Processual Penal. São Paulo: Editora: Forense, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
AVENA, Norberto. Processo Penal. São Paulo: Método, 2022. BADARÓ, Gustavo Henrique. Manual dos Recursos Penais. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. CAMPOS. Walfredo Cunha. Tribunal do Júri: Teoria e prática. 8ª ed. rev. e ampl. São Paulo. Editora Mizuno, 2022. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. Curso de Processo Penal; São Paulo; Atlas, 2022. RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal. São Paulo Atlas; 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0607	Direito Penal IV	60	0	0	60	4.4.0	ED0505
EMENTA							
Crimes Hediondos. Lei de Transplante de órgãos. Lei de Drogas. Tortura. Arma de Fogo. contravenções penais. Crime de trânsito. Estatuto do Idoso. Lei Maria da Penha.							
OBJETIVOS							
Proporcionar ao estudante a compreensão da estrutura do sistema penal brasileiro e uma visão crítica das modernas tendências da ciência penal, para possibilitar que o mesmo se posicione como intérprete e aplicador do direito e como agente transformador da realidade. Introduzir o estudante à ciência do direito penal, e seus principais conceitos, dando-lhe condições para fazer uma análise crítica do sistema penal pátrio, bem como compará-lo a outros sistemas periféricos e centrais. Capacitar o estudante ao estudo do direito legislado, onde serão abordados todos os princípios basilares da parte especial do Direito Penal brasileiro posto (legislado). Abordar a legislação Especial que envolve todo o contexto penal na literatura e prática dos tribunais brasileiros.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. vol. 1 e 2. São Paulo: Forense. 2021. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Legislação Penal Especial. 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2023. CUNHA, Rogério Sanches. PINTO, Ronaldo Batista. SOUZA, Renee do Ó. Leis Penais Especiais. 6ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Legislação Criminal Especial. 11ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023 BIANCHINI, Alice. BAZZO, Mariana. CHAKIAN, Silvia. Crimes contra Mulheres. 5ª ed. Salvador: Juspodivm. 2023 JORGE, Higor Vinicius Nogueira. JUNIOR, Joaquim Leitão. GARCEZ, William. Legislação Criminal Especial Comentada. 1ª ed. Salvador: Juspodivm. 2021 ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Legislação Penal Especial. 15ª ed. São Paulo: Saraiva. 2021. COSTA, Klaus Negri. ARAÚJO, Fábio Roque. TÁVORA, Nestor. Curso de Legislação Criminal Especial. 1ª ed. Salvador: Juspodivm. 2022							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0801	Direito Civil VII (Família)	60	0	0	60	4.4.0	ED0601
EMENTA							
Noções introdutórias. Família. Casamento e sociedade conjugal. Habilitação para o casamento; impedimentos matrimoniais. Celebração do casamento. Casamento nulo, anulável e inexistente. Casamento putativo. Efeitos jurídicos do casamento. Direitos e deveres dos cônjuges. Regime de bens. Dissolução da sociedade conjugal. Bem de família. Direito parental. Relações de parentesco. Filiação. Paternidade presumida. Alimentos. Direito Protetivo. Lei n.º 11.340/2006.							
OBJETIVOS							
Conhecimento e aplicação do direito de família. Apresentar as bases normativas do Direito de Família brasileiro. Estudar os institutos do Direito de Família, as formas de constituição das famílias, seus efeitos jurídicos e sua dissolução, a filiação, as relações de parentesco e os alimentos. Enfrentar os novos temas do Direito de Família.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. Salvador: JusPODIVM. 2023. GAGLIANO, Pablo Stolze. PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil – Direito de Família. Vol. 6. São Paulo: Saraiva. 2023. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Direito de Família. Vol. 6. São Paulo: Saraiva. 2023.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CARVALHO, Dias Messias. Direito das Famílias. São Paulo: Saraiva. 2020. DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2022. TARTUCE, Fernanda. Processo Civil no Direito de Família. Teoria e Prática. São Paulo: Editora Método. 2023. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil – Família e Sucessões. Vol. 5. São Paulo: Atlas, 2023. MADALENO, Rolf. Direito de Família. São Paulo: Grupo Gen Editora Forense. 2022.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0802	Direito do Consumidor	30	0	0	30	2.2.0	ED0403
EMENTA							
Sociedade de Consumo. Conceitos e princípios no Código de Defesa do Consumidor. Âmbito de aplicação das normas de Direito do Consumidor. Relação De consumo. Contratos de consumo. Esferas de responsabilização e sanções no CDC. Responsabilidade civil no âmbito do Direito do Consumidor. Proteção do consumidor em juízo.							
OBJETIVOS							
Conhecimento do Direito do Consumidor, bem como sua aplicação prática. Permitir que o aluno aprenda os contornos com direitos coletivos. Capacitá-lo a utilizar os instrumentos de defesa do consumidor. Apontar os problemas mais correntes no Direito do Consumidor com a utilização de jurisprudência atualizada.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
ALMEIDA, João Batista de. Manual de Direito do Consumidor; São Paulo: Saraiva, 2015. GRINOVER, Ada Pellegrini,. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto; Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2022. CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de direito do consumidor.; São Paulo: Atlas, 2022.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARBOSA, Fernanda Nunes. Informação: direito e dever nas relações de consumo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. BENJAMIN, Antonio Herman v.; Marques, Cláudia Lima; Bessa, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor, 5ª Ed., Revista dos Tribunais, 2012. MARQUES, Claudia Lima; CAVALLAZZI, Rosângela Lunardelli. Direitos do consumidor endividado, superendividamento e crédito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor o novo regime das relações contratuais; São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno. Direito do Consumidor - 30 anos de CDC; São Paulo: Forense, 2020.							



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0804	Direito Empresarial II	60	0	0	60	4.4.0	ED0704
EMENTA							
Teoria geral dos contratos empresariais. Internalização dos contratos empresariais. O Código de Defesa do Consumidor e os contratos empresariais. Comércio eletrônico. Contratos empresariais em espécie. Teoria geral do título de crédito. Institutos cambiários: emissão, aceite, endosso, protesto, aval. Letra de câmbio. Nota promissória. Cheque. Duplicata. Títulos de créditos impróprios. Títulos de crédito eletrônicos.							
OBJETIVOS							
Trabalhar os conceitos em obrigações, contratos e títulos empresariais, a fim de que o aluno de direito saiba interpretar a legislação e os institutos jurídicos vinculados às relações jurídicas contratuais e a natureza jurídica que disciplina a correlação entre os direitos de crédito e os deveres da obrigação creditícia. Conciliar a teoria geral dos contratos aos contratos do regime jurídico empresarial. Trabalhar os institutos, requisitos de validade e demais circunstâncias jurídicas dos contratos empresariais em espécie.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BERTOLDI, Marcelo M.; RIBEIRO; Marcia Carla Pereira. Curso Avançado de Direito Comercial. Editora Revista dos Tribunais, 2022. CAMPINHO, Sergio. Curso de Direito Comercial. Direito de Empresa. SP: Editora Saraiva, 2021. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2021. NEGRÃO. Ricardo. Manual de Direito Empresarial. SP: Editora Saraiva, 2021.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALVES, Wilson Rodrigues. Alienação fiduciária: as ações de busca e apreensão e depósito no regime da Lei n. 10.931/04. 3 ed. rev, atual e ampl. Leme: BH, 2012. MARTINS, Fran. Contratos e obrigações comerciais. 18ª ed. Rio de Janeiro: Forense: 2018. THEODORO JÚNIOR, Humberto. O contrato e sua função social. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. VENTURA, Luís Henrique. Comércio e contratos eletrônicos. 5 ed. v. 2. São Paulo: EDIPRO, 2019. TOMAZETTE, Marlon. Curso de Direito Empresarial: Títulos de Crédito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req.
		CHT	CHP	CHE	THC		
ED0805	Direito Eleitoral	60	0	0	60	4.4.0	
EMENTA							
Direito Eleitoral. Normas Constitucionais. Sistemas Eleitorais. Partidos Políticos. Elegibilidades e Inelegibilidades. Financiamento de Campanhas. Propaganda Eleitoral. Abuso de Poder Econômico e Político. Outras Infrações Eleitorais. Direito Penal e Processual Penal Eleitoral							
OBJETIVOS							
Evidenciar a proximidade do Direito Eleitoral com outros ramos do Direito e sua importância para o regime democrático. Refletir sobre a importância do Direito Eleitoral como condição inerente ao Estado de Direito. Entender os instrumentos reguladores existentes. Analisar a Jurisprudência diante dos preparativos do pleito eleitoral.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 18ª ed. São Paulo: Atlas. 2022. FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2021. ZÍLIO, Rodrigo Lopez. Direito Eleitoral. 9ª Ed. São Paulo: Juspodivm. 2023.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
BARROS, Francisco Dirceu. Manual de Prática Eleitoral. 6ª ed. Leme: Mizuni, 2022. FALCÃO, Joaquim (org.). Reforma Eleitoral no Brasil - Legislação, Democracia e Internet em Debate, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro. ROLLO, Alberto. Propaganda Eleitoral 1.ª ed. São Paulo: RT. 2022. RAMAYANA, Marcos. Direito Eleitoral. 17ª Ed. São Paulo: Impetus. 2019. GONÇALVES, Luiz Carlos. Ações Eleitorais - Aspectos Materiais e Processuais. Publique Edições. São Paulo, 2021.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0806	Direito Processual do Trabalho	60	0	0	60	4.4.0	ED0706
EMENTA							
Direito Processual do Trabalho. Princípios. Fontes. Autonomia. Organização da Justiça do Trabalho. Composição, funcionamento, jurisdição e competência de seus órgãos. Competência da Justiça do Trabalho: em razão da matéria, das pessoas, funcional e do lugar. Conflitos de Competência. Sujeitos da relação processual. Parte. Conceito. Capacidade de ser parte e capacidade de estar em Juízo. Legitimação ordinária e extraordinária: substituição processual. Procuradores. Ministério Público. O Juiz. Partes, procuradores, representação, substituição processual e litisconsórcio. Assistência Judiciária. Justiça Gratuita. Jus Postulandi. Mandato tácito. Atos processuais. Prazos. Despesas processuais. Honorários. Atos, termos e prazos processuais. Comunicação dos atos processuais. Notificação. Vícios do ato processual. Espécies. Nulidades no processo do trabalho: extensão, princípios, arguição, declaração e efeitos. Preclusão. Petição inicial: requisitos e vícios. Pedido: noções gerais, espécies, interpretação e alteração. Cumulação de pedidos. Dissídio individual e dissídio coletivo. Distinção. Dissídio individual: procedimentos comum e sumaríssimo. Petição inicial: requisitos, emenda, aditamento, indeferimento. Pedido. Procedimento sumaríssimo. Audiência. "Arquivamento". Conciliação. Revelia. Intervenção de terceiros. Assistência. Resposta do réu: defesa direta e defesa indireta. Contestação, exceção e objeção. Resposta do reclamado. Defesa direta e indireta. Exceções. Contestação. Compensação. Reconvenção. Provas no processo do trabalho: princípios, peculiaridades, oportunidade e meios. Interrogatórios. Confissão e conseqüências. Documentos. Oportunidade de juntada. Incidente de falsidade. Perícia. Sistemática de realização das perícias. Testemunhas. Compromisso, impedimentos e conseqüências. Ônus da prova no processo do trabalho. Sentença. Coisa Julgada. Teoria Geral dos recursos: princípios informadores. Recurso Ordinário. Recurso de Revista. Embargos de Declaração. Embargos para o TST. Agravo de Instrumento. Recurso Extraordinário. Processo de Execução. Pressupostos e Princípios Gerais. Liquidação de Sentença. Tipos e espécies de Execução. Penhora e Tipos de Expropriação de bens. Das Defesas cabíveis na Execução. Tipos e Espécies de Defesas. Defesas oponíveis pelo Executado. Defesas oponíveis por Terceiros. Agravo de Petição.							
OBJETIVOS							



OBJETIVO GERAL: Promover a compreensão e a importância do Direito Processual do Trabalho, assim como apresentar e discutir o significado dos institutos fundamentais desse ramo processual de forma a estimular a capacidade de análise, domínio de conceitos e terminologia jurídica, argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais envolvidos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Possibilitar o conhecimento do Direito Processual do Trabalho como ramo autônomo do Direito Processual, seus princípios e institutos próprios, bem como a aplicação subsidiária do direito processual comum; possibilitar ainda o estudo do processo de conhecimento trabalhista; Possibilitar também o conhecimento do Direito Coletivo do Trabalho, seus principais institutos e o tratamento dispensado pela legislação ao tema; Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; Interpretação e aplicação do Direito; Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito; Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos; Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito; Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; Julgamento e tomada de decisões; Domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2022.

LUCENA JUNIOR, Hamilton Novo. Diálogos sobre Processo do Trabalho. São Paulo: Jus Podivm, 2021.

SCHIAVI, Mauro. Manual Didático de Direito Processual do Trabalho. Salvador: JusPodivm, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDES, Felipe. Manual de Processo do Trabalho. Salvador: JusPodivm, 2022.

DIAS, Eduardo. FELICIANO, Guilherme Guimarães. SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira.

TOLEDO FILHO, Manoel Carlos. Comentários à Lei da Reforma Trabalhista – Dogmática, visão crítica e interpretação constitucional. São Paulo: LTr, 2018.

GARCIA, Gustavo Henrique B. Curso de Direito Processual do Trabalho. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

CARRION, Valentin. Comentários à Consolidação das leis do Trabalho. São Paulo: Editora Saraiva, 2022.



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0807	Direito Tributário II	60	0	0	60	4.4.0	ED0703
EMENTA							
A Regra-Matriz de Incidência. Crédito Tributário e Lançamento. Suspensão da Exigibilidade do crédito tributário. Extinção da obrigação tributária. Exclusão do crédito tributário. Infrações e Sanções em matéria tributária. Garantias e Privilégios do crédito tributário. Administração Tributária.							
OBJETIVOS							
Incentivar o debate e a visão crítica dos temas objeto de estudo, enfatizando, neste segundo módulo, o estudo da Lei tributária, em especial: a obrigação tributária, pela perspectiva de sua regra matriz e respectivos antecedente e consequente, a importância do lançamento tributário, bem como o exame de sua natureza; o estudo do crédito tributário, hipóteses de suspensão e extinção do crédito tributário; por fim, temas de interpretação e aplicação da lei tributária, inclusive, as questões relacionadas à sua validade, vigência e eficácia; as infrações tributárias e, por último, as garantias e privilégios do crédito tributário; Propiciar o entendimento da estrutura normativa da lei legislação tributária; Fixar a compreensão do fato gerador da obrigação tributária, especialmente pela perspectiva da regra matriz de incidência; Analisar o fenômeno da incidência tributária, o surgimento da obrigação tributária, do crédito tributário, sua extinção e suspensão de sua exigibilidade; Propiciar pressupostos metodológicos e conceituais básicos para a interpretação e aplicação da lei e da legislação tributária, inclusive no tocante à sua validade, vigência e eficácia; Introduzir noções elementares acerca das infrações ao direito tributário e sobre as garantias e privilégios do crédito tributário.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 32ª Edição São Paulo: Noeses. 2022. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 12ª Edição. São Paulo: Saraiva. 2023. TORRES. Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 20.ª ed. Rio de Janeiro: Processo. 2018.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário. Salvador: Juspodivm. Edição 17ª, 2023. MINARDI, Josiane. Direito Tributário. Salvador: Juspodivm. Edição 14ª, 2022. AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2021. BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 7ª ed. São Paulo: NOESES. 2018. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 42ª ed. Salvador: Juspodivm, 2023							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ED0803	Direito Agrário	30	0	0	30	2.2.0	ED0601
EMENTA							
Conceito e princípios de direito agrário. Evolução histórica. A reforma agrária no contexto jurídico constitucional brasileiro. Função social da propriedade. Direito agrário brasileiro e direito agroambiental. Estatuto da Terra. Conceito de imóvel rural. Módulo Rural. Latifúndio. Empresa rural. Minifúndio. Tributação da terra. Judiciário e direito agrário. Ações agrárias no Código de Processo Civil. Análise jurisprudencial. Formas de contrato. Arrendamento rural. Parceria rural. Cooperativas. Desenvolvimento rural. Movimentos Sociais e reforma agrária. Terras Públicas e Meio Ambiente. Grilagem de terras.							
OBJETIVOS							
Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de capacitá-los para entender o direito agrário e as relações sociais com as quais interage (contexto). Trabalhar os institutos fundamentais do Direito Agrário e a questão da reforma agrária no Brasil. Trabalhar a análise do judiciário e do direito agrário, bem como as modalidades de contratos rurais.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
MATTOS NETO, Antônio José de. Curso de direito agroambiental brasileiro. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020 . OPITIZ, Oswaldo e Silvia C. B. Curso Completo de Direito Agrário - 9ª ed. São Paulo: Saraiva. 2022. TRENTINI, Flavia. Teoria Geral do Direito Agrário Contemporâneo. São Paulo: Atlas, 2019.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
ALVARENGA Octávio J. Mello. Política e direito agroambiental. Rio de Janeiro: Forense, 1997. ALVES, Fábio. Política fundiária no Brasil. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. BARROS, Wellington Pacheco. Curso de direito agrário. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998. DEMÉTRIO, Nelson. Doutrina e prática de direito agrário. Campinas: Agá Juris, 1998. GISCHROW, Emílio Alberto M. Princípios de direito agrário. São Paulo: Atlas, 1998.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO01027	Direito Processual Constitucional	60	0	0	60	4.4.0	ESO0354
EMENTA							
Princípios constitucionais do processo: devido processo legal; ampla defesa; contraditório; duplo grau de jurisdição; acesso à justiça; efetividade da justiça; garantias processuais penais específicas. Ações constitucionais: mandado de segurança, habeas data, habeas corpus, mandado de injunção, ação civil pública; ação popular. Controle de constitucionalidade. Controle difuso. Controle concentrado. Ações do controle da constitucionalidade. Eficácia e efeitos das decisões em controle de constitucionalidade. Reclamação constitucional. Súmulas.							
OBJETIVOS							
Estudar o processo constitucional e as ações constitucionais existentes no ordenamento jurídico. Compreender a jurisdição constitucional em seus aspectos teóricos e procedimentais. Analisar o sistema jurídico processual.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
BARROSO, Luiz Roberto. Controle de Constitucionalidade no Direito Brasileiro. 6. ^a ed São Paulo: Saraiva. 2012. DIMOULIS, Dimitri; LUNARDI, Soraya. Curso de Processo Constitucional - Controle de Constitucionalidade e Remédios Constitucionais. 3 ^a Ed. São Paulo: Atlas. 2014 MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional. 9 ^a São Paulo: Saraiva. Ed. 2014.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Curso de Direito Constitucional. Editora Saraiva. 39 ^a ed. 2013. MENDES, Gilmar Ferreira. Jurisdição Constitucional 6 ^{ed} . São Paulo: Saraiva, 2014. SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. 38 ^o ed. São Paulo: Malheiros. 2015.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1031	Direito Ambiental II	30	0	0	30	2.2.0	ESO0932
EMENTA							
Pontuações históricas da responsabilidade civil; Responsabilidade objetiva; Fundamentos constitucionais da responsabilidade ambiental; Responsabilidade civil ambiental no Brasil; Dano ambiental, e sua reparação-titular da pretensão à reparação, imputabilidade e valoração do dano; a reparabilidade do dano ambiental; instrumentos de defesa (preservação e reparação) do meio ambiente; Ação civil pública ambiental; Ação Popular Ambiental. Análise de casos; análise jurisprudencial.							
OBJETIVOS							
Disponibilizar aos alunos subsídios teóricos, doutrinários e práticos, a fim de que possam compreender a problemática da responsabilidade civil ambiental aí incluído a prevenção e a reparação do dano ambiental tanto na esfera civil como administrativa para garantia da sadia qualidade de vida pela defesa e preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Trabalhar conceitos de responsabilidade civil e administrativa ambientais e por necessário o dano ambiental e seus consectários; Trabalhar a legislação e a jurisprudência ambiental em especial a ação civil pública e a ação popular como instrumento de defesa do meio ambiente e a qualidade de vida nas urbes.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
LEITE, José Rubens Morato. Dano ambiental - do individual ao coletivo extrapatrimonial. 2ª ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2003. MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Ação Civil Pública e a reparação do dano ao meio ambiente. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002. STEIGLEDER, Annalise Monteiro. Responsabilidade Civil Ambiental: as dimensões do Dano Ambiental no Direito Brasileiro. 1. ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2004.							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
LEMONS, Patrícia Faça Iglesias. Direito Ambiental: Responsabilidade Civil e proteção ao meio ambiente. 1ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. LENZA, Pedro. Teoria Geral da Ação Civil Pública. 2. ed. Ver. Atual e ampl., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. MACHADO, Jeane da Silva. A solidariedade na Responsabilidade Civil. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Lumens Juris, 2006.							



PROGRAD
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO



SIGLA	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA				Nº DE CRÉDITOS	Pré-Req
		CHT	CHP	CHES	THC		
ESO1010	Direito da Criança e do Adolescente	30	0	0	30	2.2.0	ESO0816
EMENTA							
Histórico da proteção da infâncio-juvenil. A criança e o adolescente na Constituição Federal e na legislação civil. Estatuto da Criança e do Adolescente. Direito fundamental à convivência familiar e comunitária. Direitos garantidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Poder Familiar. Família Substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Garantias processuais. Prática de ato infracional. Medidas de proteção. Medidas socioeducativas. Medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis. Erradicação do trabalho infantil. Conselhos de Direitos. Fundo da Criança e do Adolescente. Conselho Tutelar. Justiça da Criança e Juventude. Ministério Público no E.C.A.							
OBJETIVOS							
Apresentar didaticamente a distinção entre criança e adolescente e seus direitos fundamentais. Levar ao discente uma visão conjunta das normas disciplinadoras do direito infâncio-juvenil, da guarda, da tutela e da adoção em conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código Civil. Estudar a criança e o adolescente como sujeitos de direito. Proporcionar aos discentes uma abordagem da situação dos menores infratores, as medidas socioeducativas, o trabalho do menor, a sua erradicação e as medidas preventivas possíveis. Apresentar o trabalho do Conselho Tutelar e da justiça da infâncio e da juventude.							
BIBLIOGRAFIA BÁSICA							
CERQUEIRA, Thales Tácito Pontes Luz de Pádua. Manual do Estatuto da Criança e do Adolescente teoria e prática. São Paulo: Ed. Premier Máxima. 2010. DEL-CAMPO, Eduardo Roberto Alcântara e OLIVEIRA, Thales Cezar de. Estatuto da Criança e do Adolescente. Série Leituras Jurídicas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Curso de Direito da Criança e do Adolescente - Aspectos Teóricos e Práticos. 8ª Ed. São Paulo: Saraiva. 2015							
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR							
CURY, Munir (Coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente. Revista e Atualizada. São Paulo: Malheiros. 2010. ELIAS, Roberto João. Direitos Fundamentais da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2014. FARIAS, Cristiano Chaves de. ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Famílias. Vol. 6. 7.ª Ed. São Paulo: Atlas. 2015.							